(Ac. TP-370/78)

RSM/vml

Se o trabalho é prestado simultaneamente, sem alteração da jornada, para os integrantes do grupo econômico, não há por que considerar cada um deles como um empregador distinto, e em relação a cada uma das atividades do empregado, atinentes a cada grupo, como um contrato de trabalho autônomo.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Recurso de Revista nº TST-E-RR-528/75, em que é Embargante GEFÚLIO DA SILVA e Embargada COMERCIAL E INDUSTRIAL PORTOALEGRENSE S/A - CITAL.

Este o relatório lido em sessão, que adoto, na forma regimental:

" O acórdão embargado deu provimento parcial ao recurso da empresa, entendendo que o contrato é uno, pois o empregado que presta serviços a empresas consorciadas só se beneficia da solidariedade passiva.

Inconformado, o reclamante interpõe embargos, objetivando o restabelecimento da decisão regional, com parecer do Ministério Público pelo conhecimento e acolhimento. "

M V O T O

Conheço, pela divergência.

Se o trabalho é prestado simultaneamente, sem alteração da jornada, para os integrantes do grupo econômico, não há por que considerar cada um deles como um empregador distinto, e em relação a cada uma das atividades do empregado, atinentes a cada grupo, como um contrato de trabalho autônomo. Esta tese é, a meu ver acertada, e foi nesse sentido que se orientou a Egrégia Turma embargada.

Rejeito os embargos.

Proc.nº TST-E-RR-528/75

embargos.

I S T O P O S T O

A C O R D A M os Ministros do ^{Tribunal} ~~Supremo~~ Superior do Trabalho, sem divergência, conhecer dos embargos; no mérito, rejeitá-los, contra os votos dos Excelentíssimos Senhores Ministros Alves de Almeida, relator, Barata Silva e Ary Campista.

Brasília, 29 de março de 1978

RENATO MACHADO Presidente

RAYMUNDO DE SOUZA MOURA Relator
"ad hoc"

Ciente: _____
MARCO AURÉLIO PRATES DE MACEBO Procurador

REGISTRADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA
Em ____ de ____ de 1978